

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: SBM estuda ter geração eólica no mar no país	2
Título: Abiplast pede abertura para PVC.....	3
Título: Governadores vão à China para conquistar recursos	5
Título: Corte de despesas atende ao cumprimento da LRF	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	9
Título: » Pressão ética.	9
Título: Com economia fraca, economistas preveem mais um ano de estagnação	9
Título: PGR: autoridades argentinas obstruíram Lava-Jato.....	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Mãos à obra	13
Título: Presidente defende venda direta de etanol pela usina	14
VEÍCULO: O Globo	14
Título: Etanol da usina para o posto	14
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	15
Título: Minerar é preciso	15

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/05/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: SBM estuda ter geração eólica no mar no país**

De volta às licitações da Petrobras, a SBM Offshore espera conseguir novos contratos no país a partir deste ano, após fechar em 2018 um acordo de leniência para encerrar as investigações sobre o envolvimento da companhia num esquema de corrupção no país. Ao mesmo tempo, de olho nas transformações do setor de energia, a tradicional fornecedora holandesa de plataformas de óleo e gás se prepara também para estreitar na área de energia eólica e mira oportunidades nesse setor, no Brasil.

O mercado brasileiro responde por 42% das receitas globais da empresa. Em 2018, o aluguel de plataformas no país rendeu US\$ 723 milhões em receitas para a holandesa. O presidente da SBM no Brasil, Eduardo Chamusca, conta, no entanto, que a companhia tem um time dedicado a prospectar novos negócios, no país, também nos mercados de eólica e gás.

Segundo o executivo, a estratégia da SBM é aproveitar sua expertise em plataformas flutuantes para desenvolver soluções tecnológicas para projetos de eólica offshore (no mar). A companhia holandesa foi contratada pela EDF para desenvolver um sistema flutuante para turbinas eólicas na costa francesa, o primeiro projeto eólico da SBM, no mundo.

"Será uma transição paulatina e não necessariamente vai mudar nosso 'business' do dia para a noite. É um primeiro passo rumo à diversificação, mas que pode no futuro, em dez, quinze anos, vir a ser o 'business' principal da empresa. O fiel da balança é como a indústria de óleo e gás se comportará", afirma.

Segundo ele, a SBM monitora os primeiros sinais de desenvolvimento da energia eólica offshore no Brasil. No ano passado, por exemplo, a Petrobras e a norueguesa Equinor assinaram um memorando de entendimento para estudos conjuntos sobre um potencial projeto na costa brasileira.

Já no gás natural, a SBM vê potencial para navios de liquefação (FLNG, sigla em inglês para gás natural liquefeito flutuante). Chamusca destaca que a tecnologia vem se tornando mais barata, em escala mundial, e que pode se tornar, no futuro, uma solução para o gás do pré-sal brasileiro.

No curto prazo, porém, o principal interesse está nas novas licitações da Petrobras. Após assinar em 2018 acordo de leniência de R\$ 1,2 bilhão com a

estatal, o Ministério de Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU), a SBM está autorizada a fechar novos contatos com a petroleira.

Desde 2014 a empresa estava impedida de contratar com a Petrobras, devido ao envolvimento da holandesa num esquema de corrupção no Brasil. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), US\$ 42 milhões foram pagos em propina, entre 1997 e 2012, por meio de agentes comerciais, como Julio Faerman, para obtenção de informações privilegiadas nas licitações da estatal. Segundo Chamusca, a multinacional passou por uma "mudança genuína", afastou todos as pessoas ligadas ao esquema de corrupção e aposta, hoje, em treinamentos contínuos sobre compliance com seus empregados.

O executivo afirma que o foco da SBM está no fornecimento de plataformas de maior complexidade, voltadas sobretudo para o pré-sal. E as perspectivas são boas. Segundo ele, o mercado brasileiro deve contratar, nos próximos cinco anos, entre quatro ou cinco unidades por ano.

Hoje, a SBM possui contrato para aluguel de sete plataformas no Brasil, sendo uma para a Shell e seis para a Petrobras. Desde que entregou as embarcações Cidade de Maricá e Cidade de Saquarema à estatal, em 2016, a SBM não possui novos projetos para o Brasil.

Recentemente, a SBM fechou o Estaleiro Brasa, joint venture com o grupo Synergy, em Niterói (RJ), devido às incertezas sobre a demanda, após a flexibilização do conteúdo local. A SBM reconheceu, no balanço de 2018, uma baixa contábil de US\$ 19 milhões por perdas por redução ao valor recuperável do ativo ("impairment").

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Abiplast pede abertura para PVC

Diante da suspensão da mineração de sal-gema pela Braskem em Maceió (AL), com consequente impacto na obtenção de insumos utilizados na produção do PVC, a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast) pediu ao governo a queda imediata do antidumping que incide sobre as importações da resina. As tarifas são aplicadas há quase 30 anos e, considerando também as alíquotas de importação, oneram em mais de 30% as compras externas da resina.

O pleito foi apresentado ao secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia, Carlos Alexandre da Costa, sob a justificativa de que há risco de desabastecimento caso a paralisação das operações da Braskem persista. Os transformadores incluíram a resina PET no pedido de abertura de mercado, justificando que não existe concorrência no Brasil.

A expectativa é a de que o governo se posicione sobre o assunto nesta semana. Segundo o setor, o país se afastou do mercado internacional de PVC por barreiras de entrada. Entre os grandes produtores mundiais, praticamente nenhum manteve escritório local. Caso falte produto, o abastecimento não será rápido.

O mercado brasileiro de PVC gira em torno de 1 milhão de toneladas por ano e a resina é usada sobretudo na construção civil. Do lado da oferta, há dois fornecedores: Braskem, líder de mercado, e Unipar Carbocloro, que assumiu as operações da Solvay Indupa. As importações são reduzidas.

A Braskem deu início aos procedimentos de paralisação da atividade de mineração de sal-gema e da produção de cloro-soda e dicloroetano, que usam esse sal como matéria-prima, nas fábricas instaladas em Pontal da Barra, em Maceió. "A companhia está avaliando os impactos na planta de PVC em Marechal Deodoro/AL e nas suas plantas do Polo de Camaçari/BA, uma vez que estão integradas na cadeia produtiva", informou.

A decisão foi tomada após a divulgação de relatório do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que associou o afundamento do solo e o surgimento de rachaduras em imóveis e vias de três bairros de Maceió, à extração de sal-gema pela Braskem naquela região. O Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL) e a Agência Nacional de Mineração (ANM) interditaram todos os poços de extração de sal-gema e multaram a petroquímica em cerca de R\$ 29,4 milhões.

Procurada, a Braskem informou em nota que desde o início dos eventos vem colaborando junto às autoridades na identificação das causas dos problemas. "Reforçando o seu compromisso contínuo com a sociedade alagoana, a Braskem reitera que continua à disposição das autoridades no esclarecimento de informações necessárias para a compreensão completa dos eventos ocorridos", informou. Sobre o antidumping, a Braskem disse que sua eliminação "inviabiliza a produção de PVC no Brasil e sua comercialização de maneira equilibrada

devido à prática anticoncorrencial de produtores de outras regiões que exportam os seus excedentes em grandes volumes a preços desleais, fato esse comprovado tecnicamente quando da aplicação do antidumping vigente".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Ana Krüger e Daniel Rittner | De Brasília

Título: Governadores vão à China para conquistar recursos

Em situação de penúria, os governos estaduais estão fazendo peregrinações à China em busca de investidores para movimentar suas economias, principalmente com o financiamento para obras de infraestrutura. Projetos industriais e na área de mineração também têm sido apresentados aos asiáticos na tentativa de alavancar os investimentos nos Estados.

A ofensiva ocorre de forma independente das relações entre Pequim e o governo federal, que ficaram mais incertas após a chegada do presidente Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto. Para atenuar o estranhamento inicial, depois de suas declarações de que "a China não está comprando no Brasil, está comprando o Brasil", Bolsonaro prepara uma visita oficial ao país em agosto.

Muitos governadores resolveram não esperar tanto tempo e colocaram a China no topo de suas prioridades. Ratinho Jr. (PSD) esteve em Xangai há duas semanas e iniciou conversas com os chineses para viabilizar a construção de um corredor ferroviário entre o Paraná e o porto chileno de Antofagasta. Rui Costa (PT), da Bahia, começa hoje uma agenda no país que tem a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e o Porto Sul de Ilhéus como grandes pontos de interesse.

Em fevereiro, Costa assinou contrato com um consórcio liderado pela chinesa BYD para o VLT metropolitano, que prevê investimento de R\$ 1,5 bilhão. A linha, na verdade um monotrilho com 22 estações e previsão de transportar 150 mil usuários por dia, será construída e operada por meio de uma parceria público-privada (PPP). O governo estadual vai aportar R\$ 153 milhões por ano como contraprestação.

"É importante ter investimento externo com juros mais baixos", diz o governador do Amapá, Waldez Góes (PSD), que relata ter sido sondado pelos chineses, especialmente para projetos de infraestrutura. "Aqui paga-se muito caro pelo financiamento via bancos públicos, como BNDES, Caixa e Banco do Brasil."

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Alagoas, Rafael Brito, afirma que a China surge como "solução fundamental" em um momento de paralisia dos investimentos federais brasileiros. Brito diz que o ano começou movimentado, com muitas conversas avançadas com empresários brasileiros. "Mas, com o passar do tempo, a gente sentiu a coisa dar uma pausa, [os empresários brasileiros] preferiram esperar para ver o que vai acontecer com o país", observa.

Em julho, Alagoas fará dois eventos em Pequim e Xangai. As conversas Alagoas-China têm priorizado temas como energia solar, plantas industriais, saneamento básico e recursos hídricos.

Um dos principais facilitadores da aproximação com os governadores tem sido o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC), Charles Tang, um chinês que iniciou sua carreira em um banco de investimentos em Wall Street e dedica-se à ponte entre os dois países desde o fim da década de 1970.

"Logicamente não se pode divorciar os Estados do país, mas muitos governos estaduais estão buscando uma agenda própria com a China", afirma. Um exemplo é o escritório comercial de São Paulo em Xangai, que o governador João Doria (PSDB) deseja inaugurar em agosto e deverá ser chefiado pelo diplomata aposentado Marcos Caramuru, ex-embaixador do Brasil na China.

Tang comenta que geração de energia a partir de biomassa do lixo, iluminação pública, sistemas de vigilância e reconhecimento facial estão no radar dos governadores - e também de vários prefeitos. Tang menciona, no entanto, uma preocupação bastante comum dos investidores chineses: a existência de garantias financeiras para os projetos.

A CCIBC organiza uma visita do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), para Pequim no segundo semestre. O Estado pretende anunciar ainda neste mês a construção de polo metal-mecânico, um empreendimento da Vale em parceria com empresários chineses, que envolve investimento em torno de US\$ 300 milhões.

Ao **Valor**, Helder explica que projeto foca na verticalização do minério de ferro extraído de Carajás para uma laminadora a ser instalada no município de Marabá. Paralelamente, o Estado negocia outros projetos de portos, rodovias e ferrovias.

Além de Rui Costa, o secretário de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, César Miranda, está na China nesta segunda. Ele integra a comitiva do

Ministério da Agricultura que desde a semana passada cumpre agenda na Ásia. O secretário deve focar as negociações no setor de proteína animal.

Pernambuco pretende enviar missão à China no mês que vem. Em abril, o Estado anunciou a atração de investimento privado de R\$ 3,5 bilhões para construir o maior complexo solar fotovoltaico do país. Apesar de o aporte bilionário ser da espanhola Solatio Energia, todas as placas solares serão importadas da China.

Nas sondagens da China em Goiás, empresários avaliam possibilidades nas áreas de mobilidade, mineração e energia. Em março, representantes da BYD estiveram em Goiânia e discutiram a possibilidade de implantar o VLT na Avenida Anhanguera, principal corredor viário da cidade, além de construir uma fábrica no Estado. Haverá, nos próximos dias, uma reunião entre o governo estadual e três empresas dos setores ferroviário e de infraestrutura interessados em discutir possíveis investimentos.

Em abril, o governo da Paraíba, investidores chineses e americanos assinaram protocolo de intenções para a instalação de um estaleiro para reparos navais, no município de Lucena, no litoral do Estado. Com investimento inicial na ordem de R\$ 3,5 bilhões, a chinesa IMC Y Y e a americana McQuilling vão operar o estaleiro por dez anos. Segundo o governo da Paraíba, as obras devem começar em dez meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/05/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Corte de despesas atende ao cumprimento da LRF

Muitos ficaram chocados com o bloqueio de dotações orçamentárias do Ministério da Educação e reagiram como se estivessem vendo um raio em dia de céu azul e o corte fosse algo extemporâneo. Sem entrar no mérito da questão - se a área de educação deveria ser atingida por cortes -, o que surpreende é a "surpresa" dos críticos. Será que se esqueceram de que as finanças públicas, no conceito consolidado (União, Estados e municípios), estão no vermelho desde 2014 e que o Tesouro só consegue cobrir as despesas por meio do aumento da dívida pública, que, em março, chegou a 78,4% do PIB?

A educação não foi a única área afetada. Todos os órgãos, com exceção do Ministério da Saúde, sofreram bloqueio de verbas. A medida, decorrente de determinação legal, transformou-se numa trapalhada, produzida pela própria

comunicação oficial. Inicialmente, o governo informou que puniria universidades federais onde houvesse "balbúrdia" - foram citadas a UnB (Brasília), a UFBA (Bahia) e a UFF (Federal Fluminense). Depois, anunciou-se a aplicação de corte linear de 30% no conjunto das universidades.

A informação estava errada: o tamanho do corte variou de acordo com a situação de cada universidade, uma decisão acertada, uma vez que cortes lineares põem em risco a execução de programas bem-sucedidos, enquanto outros, sem mérito algum, são mantidos.

No dia 22 de março, cumprindo determinação do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o governo divulgou o relatório de avaliação de receitas e despesas do primeiro bimestre. No relatório, informou que, para cumprir a meta fiscal de deste ano, é necessário contingenciar R\$ 29,782 bilhões, pois a arrecadação federal ficou abaixo do nível esperado. O Orçamento de 2019 foi elaborado com expectativa de crescimento da economia de 2,5%, inflação de 4,2%, preço médio do petróleo de US\$ 74 por barril e aumento da massa salarial de 7,5%. Esses parâmetros foram revisados por força da realidade e, alguns deles, para pior, como é o caso da expansão do PIB.

Com ritmo menor de elevação do PIB, menor é a receita tributária. Por causa da revisão dos parâmetros, a Receita Federal reduziu em R\$ 11,1 bilhões a estimativa da arrecadação com tributos federais para este ano. A receita da Previdência foi reestimada para baixo em R\$ 6,7 bilhões. Além disso, o governo decidiu retirar das contas estimativa de receita de R\$ 11,8 bilhões com a concessão de usinas hidrelétricas pertencentes à Eletrobras. Como não haverá mais privatização da estatal neste ano, a concessão das usinas foi cancelada. Diante disso, o governo foi obrigado por lei a realizar o bloqueio de verbas. Se isso não fosse feito, o presidente Jair Bolsonaro incorreria em crime de responsabilidade.

No dia 29 de março, Bolsonaro assinou o decreto determinando o montante global do corte. A comunicação oficial não esclareceu que, caso a arrecadação melhore, o bloqueio será suspenso, total ou parcialmente. Por isso, do ponto de vista técnico, não se pode falar em corte de gastos, mas em contingenciamento. O governo também não explicou que o bloqueio não atingiu as despesas obrigatórias nem, por exemplo, o programa Bolsa Família. Apenas as despesas discricionárias (custeio da máquina administrativa, que não inclui o pagamento de salários dos servidores, e os investimentos) foram atingidas.

Na escolha dos cortes, o ministério mais atingido foi o de **Minas e Energia**, que perdeu 79,54% de suas despesas discricionárias, principalmente porque o governo desistiu de capitalizar a Eletrobras em R\$ 3,5 bilhões neste ano. O Ministério da Defesa perdeu 37,22%, o de Infraestrutura, 38,47%, o da Ciência e

Tecnologia, 41,44%, e o da Educação, 23,19%, citando apenas os principais. No dia 22 deste mês, o governo fará nova avaliação de receitas e despesas e já anunciou que haverá novo bloqueio das despesas, pois a economia vai crescer menos ainda do que projetou na primeira avaliação. Agora, projeta 1,5% e não 2,2%, como imaginou em março.

A situação trágica das contas públicas poderá ser amenizada se for concretizado o mega-leilão do petróleo excedente dos campos de petróleo cedidos pela União à Petrobras, de forma onerosa. Com o leilão, o governo espera arrecadar, em termos líquidos, R\$ 72 bilhões. Isso permitirá uma reversão do bloqueio das verbas. O problema é que o dinheiro só deverá ingressar nos cofres do Tesouro no fim do ano, na melhor das hipóteses. Até lá, os ministérios terão que continuar reduzindo despesas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Clarice Couto, Gustavo Porto, Nayara Figueiredo

Título: » Pressão etílica.

Coluna do broadcastagro

O setor produtivo de etanol brasileiro vai reforçar a pressão para manter a tarifa de até 20% sobre o biocombustível importado, cobrada até agosto. O assunto agitará os bastidores da "Santander ISO Datagro New York Sugar & Etanol Conference 2019", que ocorrerá na quarta-feira, nos Estados Unidos.

» Em dobro. Representantes do setor atuarão nos dois lados: tentarão convencer políticos e diplomatas brasileiros presentes da importância da taxa para preservar a competitividade do etanol e negociarão com os americanos, donos do único mercado capaz de exportar o biocombustível ao País e o principal prejudicado com a tarifa do Brasil.

» Disparada. Mesmo com a tarifa, em abril o Brasil importou 227,8 milhões de litros de etanol, 106,4% a mais que os 110,35 milhões de litros adquiridos no exterior em março, o que reforçou os argumentos aos produtores daqui.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/05/2019

Seção: Economia

Autor: Luciana Dyniewicz

Título: Com economia fraca, economistas preveem mais um ano de estagnação

Ano perdido. Efeitos da tragédia de Brumadinho, somados à crise na Argentina e à falta de coordenação política do governo, reduziram confiança do empresariado e do consumidor; com o desempenho desanimador do País, alguns economistas já falam em "cheiro de recessão"

A crise na Argentina, o corte na produção industrial mineral decorrente da tragédia de Brumadinho (MG) e um governo sem coordenação política, reduzindo a confiança do empresariado e do consumidor, têm levado especialistas a preverem mais um ano perdido na economia – o terceiro depois da recessão em que o Produto Interno Bruto (PIB) não deve crescer muito mais que 1%.

Apesar de a impressão geral dos economistas ser de uma economia estagnada em um patamar muito baixo, há quem já fale em "cheiro de recessão", como a economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, ou em "possível recessão técnica", como o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale.

Para Zeina, os sinais mais preocupantes vêm da indústria, cuja produção recuou 2,2% no primeiro trimestre deste ano. "A indústria geralmente é o abre-alas da crise. Em 2011, já dava sinais da recessão que estava por vir (em 2015 e 2016). Se ela estiver estagnada mesmo, vai puxar o setor de serviços, que é muito dependente dela", diz a economista, que não descarta a possibilidade de o PIB de 2019 ser inferior ao 1,1% registrado em 2018.

O setor industrial, sobretudo o segmento automotivo, tem tido impactos negativos da crise na Argentina, que reduziu as importações totais do Brasil em 46,5% no acumulado dos quatro primeiros meses do ano. O segmento da mineração é outro que tem sofrido e acumula queda de 7,5% no ano até março.

Zeina destaca que há também uma substituição de produtos industriais nacionais por importados, apesar de o dólar ter subido. "Isso mostra que há algum problema estrutural grave, de competitividade", diz.

A crise, porém, já começa a ir além da indústria. Na última semana, dados do IBGE apontaram que o varejo está desacelerando. De fevereiro para março, o setor cresceu apenas 0,3% e decepcionou analistas. "O consumidor está novamente preocupado com a possibilidade de perder o emprego, o que trava o consumo", diz Vale, da Tendências.

O economista afirma que estagnação é o melhor modo de definir a atual situação econômica brasileira. Ele lembra, no entanto, que pode haver uma recessão técnica (dois trimestres consecutivos de queda no PIB) no País se o crescimento do quarto trimestre do ano passado for revisto para baixo. Entre

outubro e dezembro, o PIB avançou 0,1%, mas é comum que o IBGE reveja os dados para apresentar uma radiografia mais precisa da realidade. Para o primeiro trimestre deste ano, bancos como Itaú e Bradesco já projetam retração do PIB.

Segundo Vale, o elemento que agrava a situação é a instabilidade política, com o próprio governo gerando constantemente novas crises e reduzindo as expectativas do investidor. A tensão dos agentes econômicos tem aparecido nos indicadores de confiança do Ibre/FGV. O de incerteza econômica atingiu 117 pontos em abril, o mais alto desde as eleições.

Ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore diz que a economia anda de lado e que é preciso criar confiança – através de reformas – para que ela volte a crescer. "O momento é muito ruim. O desempenho, desanimador. A economia está parada em um ponto bem baixo e sem expectativa de crescer." Segundo ele, a probabilidade de o País repetir o PIB tímido dos últimos dois anos é alta, o que resultaria num aumento do PIB per capita de apenas 0,3%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/05/2019

Seção: Internacional

Autor: AGUIRRE TALENTO

Título: PGR: autoridades argentinas obstruíram Lava-Jato

Raquel Dodge afirma que investigações da operação sobre supostos crimes envolvendo a Petrobras no país vizinho foram prejudicadas; dificuldades para tomada de depoimentos de argentinos teriam sido criadas

A Procuradoria-Geral da República (PGR) afirmou que autoridades públicas da Argentina obstruíram um inquérito da Operação Lava-Jato em andamento no Brasil, ao criar dificuldades para a tomada de depoimentos de cidadãos argentinos suspeitos de crimes relacionados à Petrobras. A manifestação sigilosa foi assinada pela procuradora-geral Raquel Dodge no dia 4 de abril e enviada ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin.

Nela, a PGR classificou o episódio de “embaraço nos atos de cooperação jurídica internacional”. O caso envolve suspeitas de pagamentos de propina ao ex-diretor da estatal Nestor Cerveró, a políticos do antigo PMDB e a autoridades argentinas por conta da venda da participação da Petrobras em uma empresa argentina, a Transener, no ano de 2007.

A Polícia Federal enviou o primeiro pedido de cooperação ao país vizinho em maio de 2016, solicitando a tomada de depoimentos de dois personagens que atuaram no caso: o advogado Roberto Dromi e o empresário Gerardo Ferreyra.

A PF, porém, obteve respostas evasivas tanto do Ministério Público como da Justiça argentina. Os depoimentos nunca foram colhidos.

Por causa dessa dificuldade, Dodge solicitou a Fachin o arquivamento do inquérito, argumentando que as autoridades argentinas poderiam ter dado informações úteis, mas que a recusa prejudicou a apuração. Para a PGR, os fatos demonstraram que os cidadãos argentinos citados não tinham interesse em colaborar com as investigações.

PAGAMENTO DE PROPINA

O inquérito surgiu no início da Lava-Jato, a partir da delação premiada do lobista Fernando Baiano. Segundo ele, um grupo empresarial argentino chamado Electroingeniería tinha interesse em comprar a participação da Petrobras na Transener, e por isso lhe procurou para influenciar o então diretor Nestor Cerveró no negócio.

Baiano afirmou que a Petrobras venderia sua fatia para um fundo norte-americano, e que o advogado argentino Roberto Dromi, representante da Electroingeniería, agiu para influenciar o governo argentino a vetar o negócio. Essa atuação teria ocorrido por meio do então ministro argentino Julio de Vido, que atuou nas gestões de Néstor e Cristina Kirchner. Baiano citou o vice-presidente da Electroingeniería, Gerardo Ferreyra, como outro suposto envolvido. Pelo negócio, Baiano diz que a empresa argentina pagou propina em contas no exterior apolíticos do PMDB, a Cerveró e a Dromi.

Ferreyra e Julio de Vido estão presos na Argentina sob suspeita de envolvimento em um esquema de corrupção da gestão de Cristina Kirchner. Dentre os políticos brasileiros citados por Baiano como recebedores da propina estavam o senador Renan Calheiros (MDB-AL) e o ex-deputado Aníbal Gomes (MDB-CE).

As autoridades argentinas citadas pela PGR negaram tentativa de embaraço às investigações e também rechaçaram as acusações feitas pelos delatores. A Electroingeniería afirmou que não recebeu requisições da Justiça brasileira e que teria colocado seus funcionários à disposição para colaborar. A assessoria de Julio de Vido afirmou que ele não “é influenciável”, que nunca recebeu propina e que sua atuação no episódio da Transener foi “em favor das empresas argentinas, como todos funcionários públicos em todos países”.

Procurado por telefone, Roberto Dromi não comentou o caso. Gerardo Ferreyra não foi encontrado. A defesa de Aníbal Ferreira Gomes afirmou que o “arquivamento veio a confirmar a inexistência de qualquer participação do ex-deputado em repasses a políticos do então PMDB”. Já a defesa de Renan disse que o senador “sempre acreditou que a verdade dos fatos seria apurada, bem

como o seu estado de plena inocência seria reconhecido. Ao todo, 11 processos já foram arquivados”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/05/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Mãos à obra

Governo Bolsonaro pode contribuir para reanimar a economia com projetos em infraestrutura, área em que ao menos dá sinais de caminhar bem

A esta altura parece difícil evitar que 2019 se converta em mais um período de desempenho econômico frustrante, mesmo que o Congresso venha a aprovar uma reforma satisfatória da Previdência. Entretanto resta muito a fazer, desde já, para que se obtenham resultados melhores nos próximos anos.

Da parte do governo Jair Bolsonaro (PSL), além de pôr fim à barafunda interna que mina a confiança do setor produtivo, cumpre contribuir ativamente para o crescimento com a viabilização de investimentos em infraestrutura. Esse setor do Executivo federal, ao menos, dá sinais de caminhar bem.

Houve uma rodada bem-sucedida de leilões no mês passado, em que foram passados para a iniciativa privada aeroportos, terminais portuários e até o trecho final da Ferrovia Norte-Sul — lista herdada de Michel Temer (MDB). Agora, a gestão atual dá seu primeiro passo.

Em reunião realizada na quarta-feira (8), incluíram-se 59 novos projetos no Programa de Parcerias em Investimentos (PPI), com desembolsos estimados em R\$ 1,6 trilhão nos próximos 30 anos. O setor de óleo e gás deve responder por quase 90% desse valor.

No restante estão rodovias, linhas de transmissão, mais aeroportos, portos e até o término da usina nuclear de Angra 3.

Ainda não entraram na lista vendas de estatais, cuja modelagem está sendo estudada. Além das 134 empresas federais, boa parte delas na prática sem valor de mercado, há expressivas participações acionárias detidas pela União em companhias privadas. De todo modo, o governo indica que tratará da privatização da Eletrobras.

A inclusão no PPI significa que os projetos terão prioridade. Em seguida, cabe trabalhar para que não se repitam problemas históricos como má qualidade dos projetos, empecilhos ambientais e vícios na estruturação das concessões.

Sem muito alarde, há avanços em outras áreas fundamentais, como saneamento básico. Aprovou-se em comissão do Senado o projeto que moderniza a regulação e abre caminho para maior participação privada no setor.

O quadro de colapso das finanças públicas, agravado pelo ritmo fraco da economia e da arrecadação, impõe pressa. Os bloqueios de recursos em ministérios, universidades e obras públicas se aproximam de níveis insuportáveis.

Se o país avançar nas reformas básicas, como a da Previdência e a tributária, e perseverar na disciplina orçamentária, estarão dadas as condições para juros mais baixos, comparáveis ao padrão mundial.

Nesse contexto, e tendo em vista a ampla disponibilidade de capital doméstico privado e externo, não está fora de alcance um salto de aportes na infraestrutura, setor que tem o potencial de se tornar o mais forte gerador de empregos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/05/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Presidente defende venda direta de etanol pela usina

Brasília - O presidente Jair Bolsonaro também defendeu neste domingo (12) medidas na área de combustíveis.

Após reafirmar que "não tem ingerência" na política de preços da Petrobras, disse que os usineiros deveriam vender etanol diretamente para os postos de gasolina, sem a necessidade de intermediação de uma distribuidora.

Segundo Bolsonaro, isso pode diminuir o preço do litro do etanol em 20 centavos, aumentando a competitividade desse combustível em relação a gasolina.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/05/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Etanol da usina para o posto

> O presidente Jair Bolsonaro defendeu que usinas possam vender etanol diretamente para postos de combustíveis. Na mesma entrevista à rádio, disse que a medida reduziria o preço do álcool nas bombas com redução dos custos logísticos.

> No entanto, para o presidente da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis (Plural), Leonardo Gadotti, o fim da intermediação das distribuidoras pode prejudicar a arrecadação de impostos.

> — Não é que eu seja contra a venda direta, mas há uma questão tributária que antecede essa discussão. Como está hoje, a proposta não funciona e é inadmissível. O Brasil perde com isso — diz Gadotti.

> Segundo Gadotti, ICMS e PIS/ Cofins incidem nas usinas e nas distribuidoras. Sem a distribuição, diz, parte do imposto não é arrecadado.

> Não é a primeira vez que essa medida entra em discussão. Em dezembro de 2018, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) afirmou, em nota técnica, que não existem bases regulatórias legais que impeçam a comercialização direta do álcool das usinas para os postos de combustíveis. Antes, em maio de 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) havia divulgado um estudo indicando a negociação direta entre produtores de álcool e postos de gasolina como uma forma de aumentar a eficiência econômica.

> O GLOBO não conseguiu contato com as associações de usinas e dos postos. (Camilla Muniz)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/05/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Minerar é preciso

As tragédias de Mariana, em 2015, e Brumadinho, em janeiro deste ano, mancharam a história da mineração no Brasil. Danos ambientais de grandes proporções e as irreparáveis perdas humanas colocaram na berlinda a atividade que, em 2018, garantiu 17% das exportações no país, superando os US\$ 20 bilhões. Não há dúvida de que todos os processos envolvidos na extração precisam ser criteriosamente revistos, mas é necessário dizer que a mineração faz parte do DNA da economia de Minas e do país, e demonizá-la é como disparar contra o próprio pé.

Todo ano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), mais de

180 milhões de toneladas de ferro são extraídas do solo de Minas Gerais. Um estudo divulgado na última segunda-feira pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) aponta que a crise que abalou o setor depois das tragédias deve levar o estado a perder aproximadamente 100 mil empregos em 2019.

Cem mil empregos a menos significam 100 mil famílias com redução drástica na renda e no consumo, o que, por sua vez, tem impacto gigantesco sobre os setores de comércio e serviços. Tudo isso numa economia que já atravessa uma das piores crises de sua história. Importante lembrar que perdem também — e muito — os municípios mineradores, impactados tanto pela queda na movimentação de recursos da cidade quanto pela redução dos impostos e taxas gerados pela própria atividade.

Em Mariana, por exemplo, a inatividade da Samarco resultou em queda de 26% na arrecadação e fez o desemprego disparar para 27% — mais de quatro vezes maior que os 6% registrados antes do rompimento da barragem do Fundão, em 5 de novembro de 2015.

A Fiemg, que lançou um plano de investimentos para compensar as perdas bilionárias após os desastres, prevê queda de 130 milhões de toneladas na produção de dezenas de minerais, sobretudo minério de ferro, entre 2019 e 2021. A retração do produto interno bruto (PIB) do estado em função da crise no setor, também segundo a entidade, deve chegar a 2,5%, neste ano.

Se, por um lado, o medo de novos desastres abala a saúde da atividade mineradora em Minas, por outro, sem a extração mineral, o estado abriria um caminho rápido para outras catástrofes, essas de natureza fiscal, econômica e social. Qualquer atividade econômica que represente 4% do PIB nacional e 8% das riquezas geradas em Minas merece atenção especial, não só para resistir enquanto opção geradora de recursos, mas para seguir como importante aliada rumo à retomada de que o país tanto necessita. Minerar é preciso porque viver é preciso.

MME / ASCOM .